

Ações policiais coíbem os abusos

A investida de forças policiais na retirada de invasores e no desmantelamento de quadrilhas responsáveis pelas invasões é um caso a parte. O acompanhamento das polícias é necessário para manter a ordem e evitar tumultos durante o processo de desocupação. A PM e a Polícia Civil têm colaborado com grande eficiência com o GDF nos esforços para evitar a proliferação de terrenos invadidos e ações ilegais de grileiros.

Desde 2005, a Polícia Federal também vem ajudando no monitorando e investigando a ameaça de ocupação de terras públicas no DF. A Polícia Civil faz sua parte, trabalhando no rastreamento de supostos líderes de movimentos que planejam realizar ocupações em diversas cidades. Alguns deles já estão sendo investigados por crimes ambientais, resultantes de ocupações irregulares.

A Divisão de Combate ao Crime Organizado (Deco) também colabora na apuração de crimes de formação de quadrilha ou bando. O Siv-Solo também preparou uma força-tarefa, que vai agir em conjunto com as forças policiais, para combater a compra e venda de lotes em terras públicas por grileiros.

Diversas ações policiais podem ser destacadas, tanto no âmbito de controle das invasões como nas retiradas daqueles que fazem a ocupação do terreno. Um exemplo é a desocupação da área conhecida como Parque Vaquejada, em Ceilândia. No dia 24 de janeiro o Siv-Solo começou o processo de retirada das famílias do local, mas muitos tentaram resistir à derrubada. Com medo de perder os imóveis, os moradores usaram crianças, ameaçaram explodir um botijão de gás e trocaram socos e pedradas com a PM.

Na mesma ocasião, a Polícia Civil apreendeu computadores, mapas das áreas loteadas clandestinamente e dezenas de cessões de direito forjadas, que eram entregues às pessoas que compravam os lotes. Para dismantelar a rede de grileiros, agentes da Divisão de Inte-



ligência (Dipo) se infiltraram entre os moradores do loteamento. Cerca de 300 lotes foram vendidos pela quadrilha, segundo informações obtidas pela polícia. Cada lote custava cerca de R\$ 10 mil. O faturamento foi de pelo menos R\$ 3 milhões, prejuízo até agora integralmente arcado por quem optou pela compra sem o cuidado de checar a procedência dos vendedores.

Cooperação contra a grilagem

Na tentativa de minimizar o prejuízo das 174 famílias que tiveram as casas demolidas no Parque Vaquejada, o GDF tem oferecido assistência jurídica para que os ex-moradores possam reaver o dinheiro gasto na cessão de direito do terreno e com a construção das casas. A

idéia é que as famílias entrem na Justiça contra os Grileiros que parcelaram os lotes irregulares.

Além disso, os moradores que atenderam às exigências do programa habitacional do GDF puderam participar da seleção, que exigiu como pré-requisitos morar há mais de cinco anos no DF e não possuir outro imóvel.

Logo após todas as casas serem derrubadas, a Secretaria de Ação Social também começou a agir. Cerca de 20 assistentes sociais conversaram com as famílias e ofereceram abrigo em albergues de Ceilândia para aqueles que não tinham para onde ir.

Solução à vista na Estrutural e Vicente Pires

Outras ações policiais que marcaram a retirada de invasões e que hoje se encontram em processo avançado de legalização foram em Vicente Pires e na Estrutural. Os condomínios instalados na região de Vicente Pires devem ser regularizados ainda neste governo e também deverá haver transferência das terras, atualmente em nome da União, para o GDF.

Já a Estrutural foi beneficiada pelo programa Brasília Sustentável, que prevê recursos para a área de saneamento no DF por meio de empréstimo de US\$ 115 milhões do Banco Mundial (Bird). Desses recursos, US\$ 29,6 milhões serão investidos na Estrutural, beneficiando 6,7 mil pessoas.